

SENTIPENSAR COM OS POVOS: UMA EXPERIÊNCIA NAS GEOGRAFIAS DESCOLONIAIS

FEELING AND THINKING WITH PEOPLES: AN EXPERIENCE IN DECOLONIAL GEOGRAPHIES

SENTIPENSAR COM LOS PUEBLOS: UNA EXPERIENCIA EN LAS GEOGRAFÍAS DECOLONIALES

Marcelo Argenta Câmara¹

Arthur Rabaiolli²

Gian Paulo Corrêa Biscarra³

Gustavo Pedroso Gomes⁴

Joanna Pereira da Silva⁵

Julya Norma Pedroso Pitol⁶

Luis Eduardo Klatte da Rosa da Silva⁷

Maria Lopez Queiroz de Souza⁸

Vicente Ramos Pereira⁹

RESUMO: O artigo apresenta a experiência pedagógica desenvolvida na disciplina Geografias Descoloniais – Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), ofertada no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no semestre 2025/1. O objetivo central é refletir sobre a articulação entre teoria decolonial e prática docente, explorando a potencialidade da metodologia sentipensante para a formação de futuros professores. O referencial teórico dialoga com o Pensamento Decolonial latino-americano, especialmente Quijano, Walsh e Porto-Gonçalves, relacionando as dimensões da colonialidade (do poder, do saber, do ser e da natureza) às práticas educativas. A metodologia incluiu aulas expositivas, debates, participação de docentes convidados e uma saída de campo à retomada Xokleng Konglui, em São Francisco de Paula (RS). O corpus analisado constituiu-se dos relatórios reflexivos produzidos pelos discentes, em diferentes linguagens, após o trabalho de campo. Os resultados evidenciam a sensibilização do grupo frente à luta indígena e à

¹ Doutor em Geografia. Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tutor do grupo PET/Geografia.

² Graduado em Licenciatura em História pelas Faculdades Porto-alegrenses (FAPA). Graduando em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Graduando em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴ Graduando em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁵ Graduanda em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁶ Graduando em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁷ Graduando em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁸ Graduanda em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁹ Graduando em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

importância de territorialidades alternativas, revelando a potência da abordagem decolonial na formação docente e no fortalecimento da justiça cognitiva e socioespacial.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia; Pensamento Decolonial; Relações Étnico-Raciais

ABSTRACT: *The article presents the pedagogical experience developed in the course Decolonial Geographies – Education for Ethnic-Racial Relations (ERER), offered in the Geography Teacher Education program at the Federal University of Rio Grande do Sul, during the 2025/1 semester. The main objective is to reflect on the articulation between decolonial theory and teaching practice, exploring the potential of the sentipensante methodology for the training of future teachers. The theoretical framework is grounded in Latin American Decolonial Thought, especially Quijano, Walsh, and Porto-Gonçalves, relating the dimensions of coloniality (of power, knowledge, being, and nature) to educational practices. The methodology included lectures, debates, participation of guest lecturers, and a field trip to the Xokleng Konglui land reclamation in São Francisco de Paula (RS). The corpus analyzed consisted of reflective reports produced by students in different formats and languages after the field activity. The results highlight the group's sensitization to the Indigenous struggle and the importance of alternative territorialities, revealing the potential of a decolonial approach in teacher training and in strengthening cognitive and socio-spatial justice.*

KEYWORDS: Geophraphy; Decolonial Thought; Ethnic-Racial Relations

RESUMEN: *El artículo presenta la experiencia pedagógica desarrollada en la asignatura Geografías Descoloniales – Educación para las Relaciones Étnico-Raciales (ERER), ofrecida en el curso de Licenciatura en Geografía de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul, durante el semestre 2025/1. El objetivo central es reflexionar sobre la articulación entre la teoría decolonial y la práctica docente, explorando la potencialidad de la metodología sentipensante en la formación de futuros profesores. El marco teórico se basa en el Pensamiento Decolonial latinoamericano, especialmente en Quijano, Walsh y Porto-Gonçalves, relacionando las dimensiones de la colonialidad (del poder, del saber, del ser y de la naturaleza) con las prácticas educativas. La metodología incluyó clases expositivas, debates, participación de docentes invitados y una salida de campo a la retomada Xokleng Konglui, en São Francisco de Paula (RS). El corpus analizado estuvo compuesto por informes reflexivos elaborados por los estudiantes en diferentes lenguajes y formatos después del trabajo de campo. Los resultados evidencian la sensibilización del grupo frente a la lucha indígena y la importancia de territorialidades alternativas, revelando el potencial del enfoque decolonial en la formación docente y en el fortalecimiento de la justicia cognitiva y socioespacial.*

PALABRAS CLAVE: Geografía; Pensamiento Decolonial; Relaciones Étnico-Raciales

1 Introdução

A experiência sobre a qual estaremos dialogando aqui aconteceu no primeiro semestre de 2025, no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), durante a realização da disciplina Geografias Descoloniais - Educação para as Relações Étnico Raciais (ERER), oferecida como obrigatória para discentes daquele curso, e também disponível como eletiva para discentes do curso de Bacharelado em Geografia.

A disciplina procura contemplar o previsto na Resolução CNE/CP¹⁰ 01/2004 e no Parecer CNE/CP 03/2004 de que os cursos de licenciatura devem prover formação específica aos estudantes, que os capacite ao cumprimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que determinam a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica.

Essas duas leis são marcos importantíssimos para que os conteúdos oferecidos nas escolas brasileiras contemplem essas duas matrizes de conhecimento apagadas da historiografia “oficial”. Povos indígenas e povos africanos escravizados pela Colônia ainda figuram de maneira estereotipada em boa parte do currículo promovido pelas escolas, seja pela forma quase caricatural com que são retratados em livros didáticos, seja pela formação deficitária de boa parte dos e das docentes para abordar essas questões.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que, por mais importante que sejam essas leis, e por mais que a sua existência seja fruto da mobilização organizada de diversos grupos de representação de seus povos, e da luta cotidiana de homens e mulheres invisibilizados nos conteúdos programáticos, elas devem ser consideradas insuficientes para a superação da colonialidade que ainda nos marca como sociedade. Destaque-se a palavra insuficiente: não estamos afirmando aqui que essas leis são falhas naquilo a que se propõem. Afirmamos, isso sim, que elas necessitam complementos que, por vezes, não são possíveis de construir a partir da promulgação de uma lei ou de um decreto.

Pensemos aqui, a título de ilustrar a reflexão acima, na temporalidade das referidas leis. Enquanto a lei 10.639 completa, em 2025, 22 anos de existência, a lei 11.645 ainda não atingiu a “maioridade”, completando agora 17 anos de sua promulgação. Agora pensemos em quantos dos e das docentes que atualmente exercem seus ofícios nas escolas brasileiras completaram sua formação em momento anterior (ou concomitante) ao da promulgação dessas leis e, mais ainda, de sua posta em prática como efetiva política educacional brasileira. Não temos como afirmar qual seria esse número, mas a observação empírica em diferentes escolas nos faz supor que ele seja elevado¹¹.

Acredito que a imprecisão estatística desse argumento não desqualifique aquilo que ele se propõe a trazer para a reflexão: a formação da maioria dos e das docentes ainda é insuficiente,

¹⁰ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO.

¹¹ GASTAL (2021 e 2025) explora essa temática, abordando como se dá (ou não) a aplicação das referidas leis no Ensino Básico.

senão nula, no que diz respeito à uma abordagem da questão étnico-racial acorde aos reais objetivos e às reais necessidades dessas populações - e da sociedade brasileira como um todo. Uma abordagem livre de estereótipos e livre da folclorização. Uma abordagem que supere as hierarquizações que marcam nossa trajetória enquanto sociedade. Uma abordagem que dê valor e significado às contribuições desses povos para nossa sociedade, as que já vieram e as que ainda estão por vir.

Por isso acreditamos que, mais do que uma formação em seu sentido estrito, trazendo teorias e conteúdos que sustentem essa nova abordagem almejada, faz-se necessário uma sensibilização dos(as) futuros/as docentes para a importância dessa presença em suas práticas. Faz-se necessária uma abordagem sentipensante, que não divorcie o pensamento da emoção, como afirmava Galeano (2002). Essa sensibilização, que não é a do intelecto, é a única forma de fazer com que as novas gerações, tanto de docentes quanto de futuros/as alunos/as, despertem para a importância dessa presença em suas aulas. E assim, a partir desse despertar, sejam também artífices e produtores de novos conteúdos e de novas abordagens, ampliando as formas de comunicação e de (também) sensibilização de seus atuais e futuros/as alunos/as.

A disciplina Geografias Descoloniais procura - não isoladamente, destaque-se - trazer essa reflexão para o curso de Licenciatura em Geografia da UFRGS. Outras disciplinas da grade curricular do curso também o fazem, e são dignas de menção, tais como Geografia do Brasil, Geografia da América Latina e Organização e Gestão Territorial, esta última em caráter eletivo para licenciandos/as. A reflexão trazida aqui toma como base a experiência com a turma do semestre 2025/1, e não esgota outras reflexões possíveis no âmbito da relação entre Geografia e ERER.

Este artigo seguirá a seguinte estrutura: uma breve reflexão teórica que busca apresentar as bases que sustentam a relação entre Geografia, Pensamento Decolonial e ERER, de forma a apresentar a perspectiva que guiou a disciplina no referido semestre; a partir daí, segue-se uma breve apresentação do programa executado na disciplina, incluindo-se aí a apresentação do trabalho de campo executado para, então, trazer as vozes dos e das discentes participantes, com seus relatos sobre a experiência de campo na Retomada Xokleng Konglui, no município de São Francisco de Paula (RS). Após, serão apresentadas as considerações finais deste trabalho e seus desdobramentos.

Esclareça-se, antes de passarmos à próxima seção, que não é objetivo deste artigo - e nem seria possível - esgotar as reflexões teóricas sobre os temas retratados. Nosso objetivo

principal é apresentar uma experiência junto aos pressupostos teóricos que a guiaram. Quando considerado necessário, serão indicadas bibliografias que podem ajudar o leitor e a leitora a buscar o aprofundamento nos temas debatidos.

2 Geografias descoloniais: educação para as relações étnico-raciais

O exercício que trazemos a seguir é a versão escrita daquilo que foi apresentado à turma na aula inaugural, e tem como objetivo a compreensão da abordagem que guia a disciplina. A proposta é “destrinchar” o nome da disciplina, isolando cada um de seus componentes para, assim, compreendermos o seu significado em seu conjunto.

Começamos pelo De(s)coloniais. A utilização do prefixo “De(s)” antes de alguma palavra se dá com a intenção de negar ou inverter o sentido da palavra que o segue. Assim, o “de(s)” empregado antes da palavra “coloniais” - ou, ainda, em expressões análogas tais como “descolonização”, “descolonizar” - indica que se está buscando reverter um processo ligado ao ato de colonizar. Dessa forma, é preciso que busquemos uma compreensão comum do significado de “colonizar” (e de suas expressões congêneres).

Segundo o dicionário da Real Academia Española¹², a expressão colonizar engloba os seguintes significados: assentar-se, estabelecer-se, imigrar, repovoar. Em seu uso na Biologia, colonizar se refere ao processo no qual uma espécie - que pode variar de micróbios a plantas e animais - ocupa um espaço não ocupado (“vazio”), nele se estabelecendo e formando um agrupamento estável (colônia). Trata-se, assim, de um deslocamento físico para fixação estável em um espaço novo.

Mas também são apresentados, como sinônimos, os atos de ocupar, invadir, conquistar, submeter, dominar, oprimir. E talvez aqui, nesses sinônimos, é possível encontrar os referenciais para o que caracteriza o processo de colonização quando referido a episódios históricos. As colonizações, entendidas como eventos históricos nos quais um país estabelece domínio sobre territórios situados além de seus marcos territoriais iniciais, agregando-os à sua soberania, são episódios que envolvem violência, uma vez que sempre implicam na invasão e na conquista não apenas do espaço físico mas, principalmente, a submissão das populações nele estabelecidas. Assim, diferentemente da maioria dos casos analisados na Biologia, não estamos

¹² Ver <https://dle.rae.es/colonizar>.

nos referindo à colonização de um espaço vazio, mas sim de um espaço ocupado por uma forma de sociedade distinta da invasora.

Esse é um aspecto importante pois o ato de colonizar implica na formação de uma colônia, que vem a ser um estabelecimento de caráter estável - ou mesmo permanente - do grupo colonizador no espaço ocupado/conquistado. Quando isso acontece sem a eliminação do grupo que já estava ali anteriormente, isso implica no surgimento de uma nova formação societal que inclui os novos e os antigos ocupantes. Em outras palavras, colonizadores e colonizados.

É a essa nova formação que dedicamos nossa atenção. Pois, uma vez que essa formação é decorrente de um processo que envolve invasão, violência e conquista, ela implica inevitavelmente em uma relação de submissão e de hierarquização entre conquistadores e conquistados. E essa nova formação social trará marcadas nas suas engrenagens e instituições, as diferenças de posições ocupadas por esses dois grupos.

Essa é a característica das sociedades oriundas dos processos de colonização nos quais não houve a eliminação total (genocídio) da população conquistada. A nova sociedade que nasce desse “encontro” traz em sua origem a marca da imposição dos padrões que caracterizam o grupo conquistador. Isso é fundamental, uma vez que essa relação se estabelece com uma finalidade de extrair dali os recursos de interesse do grupo que estabeleceu o domínio. Assim, as relações que se estabelecem ali devem ser funcionais aos interesses do grupo conquistador.

Importante notar que aqui estamos falando de uma nova sociedade em sentido amplo, o que engloba tanto as formas de relação e de compreensão da vida, quanto as instituições que dão sustento e que garantem a continuidade desse modo específico de estar-juntos.

E aqui chegamos ao “des-” mencionado na abertura deste texto. A descolonização poderia referir-se, apenas, ao fim da relação formal de domínio entre metrópoles e colônias, nas assim chamadas “independências”. Porém, o que se observa é que as independências limitam-se quase que tão somente a isso: ao encerramento de um vínculo formal. A estrutura de sociedade construída ao longo do período da colônia sobrevive a esse término. E, na maioria dos casos, não apenas subsiste como se vê reforçada com o passar dos anos. Isso significa que as bases de uma relação colonial, como as já citadas relações de submissão e de hierarquização entre colonizadores e colonizados permanecem praticamente inalteradas, mesmo nos agora chamados países independentes.

Essa distinção é a base para a elaboração conceitual proposta pelo politólogo peruano Aníbal Quijano (2000), que propõe que esses dois processos distintos sejam compreendidos por

conceitos também distintos. Assim, temos o **colonialismo** como o conceito que se refere especificamente ao período de submissão formal entre colônias e metrópoles. Em outras palavras, o colonialismo diz respeito ao momento histórico dessa relação. Por outro lado, as relações construídas no âmbito do domínio colonial e que lhe servem de sustento, serão chamadas de **colonialidade**¹³. Esta prescinde dos vínculos formais, pois trata-se da intrincada elaboração de uma visão específica de mundo e de sociedade. E, como já mencionado, sobrevive praticamente intacta após as “independências”:

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado ao Colonialismo. Este último se refere estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada sejam detidos por outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, ademais, em outra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O Colonialismo é obviamente mais antigo, enquanto que a Colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o Colonialismo. Mas, sem dúvidas, foi engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não teria conseguido se impor na intersubjetividade do mundo de modo tão enraizado e prolongado (QUIJANO, 2000, p. 381; tradução própria).

Consideramos oportuno aqui esclarecer uma dúvida semântica que é frequentemente levantada quando tratamos desses temas, que é a da “diferença” entre “descolonial” e “decolonial”. Para isso, trazemos as palavras da educadora Catherine Walsh, estadunidense radicada no Equador, que é a proponente de tal distinção:

Dentro da literatura relacionada à colonialidade do poder, encontram-se referências (...) tanto à descolonialidade e o descolonial, como à decolonialidade e o decolonial. Sua referência dentro do projeto de modernidade/colonialidade inicia em 2004, abrindo assim uma nova fase em nossa reflexão e discussão. Suprimir o “s” foi opção minha. Não se trata de promover um anglicismo. Pelo contrário, pretende marcar uma distinção com o significado em espanhol do “des” e do que pode ser entendido como um simples desarmar, desfazer ou reverter o colonial. Isto é, a passagem de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e vestígios deixassem de existir. Com este jogo linguístico, tento colocar em evidência que não existe um estado nulo da colonialidade, senão posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, in-surgir, criar e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínuo no qual se pode identificar, visibilizar e alentar “lugares” de exterioridade e construções alter-(n)ativas. (WALSH, 2013, p.24-25)

¹³ “A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Funda-se na imposição de uma classificação étnico-racial da população do mundo como pedra angular de tal padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e à escala societal”. (QUIJANO, 2000, p. 342).

Daí que, se o colonialismo, no entender de Quijano, é o período histórico de submissão formal entre metrópoles e colônias, os processos de independência são processos de **descolonização**, já que encerram esse vínculo. Mas, se o fim do colonialismo não elimina a colonialidade, faz-se necessário prover uma elaboração teórica e conceitual que sustente o esforço de superar esses resquícios que permanecem como legado (in)desejado. Assim, surge o conceito de **decolonização**: o movimento permanente de reconhecimento e desconstrução das relações herdadas do período colonial que ainda persistem nos lugares e nas sociedades que passaram por aquela experiência. Vem daí o nome da corrente teórica que reúne pensadoras e pensadores distribuídos ao longo e ao largo da América Latina: o **Pensamento Decolonial**.

Aqui cabe outro esclarecimento, correlato ao anterior, já que por vezes se questiona qual seria a denominação correta a ser utilizada, se “Pensamento Descolonial” ou “Pensamento Decolonial”. De minha parte, entendo que na sua utilização em português, essa distinção é irrelevante, uma vez que tanto uma quanto a outra são utilizadas majoritariamente no mesmo sentido: o da análise e compreensão dos fenômenos marcados pela colonialidade. A utilização do “s” acaba sendo adotada em razão da tradução de uma expressão (“decolonial”) que não possui correlato em português. Assim, como exemplo específico, podemos olhar para o próprio nome da disciplina que nos reúne aqui: **Geografias Descoloniais**.

O Pensamento Decolonial é a base para o **Giro Decolonial**, o qual podemos entender diretamente do espanhol, ou pensar em termos de uma “Virada De(s)colonial”, para adotarmos um termo mais utilizado no português. Trata-se do movimento surgido na década de 1990, que se propõe a realizar um “olhar para dentro” da prática acadêmica no continente, buscando identificar - e desconstruir - os resquícios da colonialidade que pautam o trabalho de pesquisadoras/es e educadoras/es. É um movimento que surgiu acompanhando o crescente protagonismo indígena vivido naquele momento na América Latina e representa uma Academia que busca refletir sobre si mesma a partir da crítica levantada desde diferentes setores da sociedade¹⁴.

Uma vez apresentadas as bases para a compreensão do que vem a ser o Pensamento Decolonial, propomos agora a realização do mesmo exercício para que possamos compreender o significado de “Geografia” que pauta a disciplina em foco neste ensaio.

¹⁴ Para um histórico do grupo Modernidade/Colonialidade, que reuniu os autores e autoras das principais referências teóricas do Pensamento Decolonial, ver Castro-Gómez e Grosfoguel (2007).

Tradicionalmente, esse campo do saber foi entendido a partir da conjugação dos dois termos que compõem seu nome: *Geo* mais *grafia*, sendo *Geo* o planeta Terra, e *grafia*, os registros humanos e naturais sobre o planeta. Esse entendimento simplificado serviu de base para um entendimento da Geografia como uma disciplina descritiva, preocupada em enumerar localidades e fenômenos distribuídos nos diferentes continentes¹⁵.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2003) propõe outra leitura dessa mesma conjugação. Essa leitura parte do entendimento de *grafia* a partir do verbo/ação de *grafar*. Assim, a Geografia passaria a ser o estudo das formas como homens e mulheres reunidos em sociedade(s) *grafam* a terra com suas experiências: “os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade. A Geografia, deste modo, de substantivo se transforma em verbo – ato de marcar a terra” (p.146).

Dessa forma, não seria mais uma Geografia, mas sim **Geo-grafias**, pois cada sociedade imprime sobre a terra as marcas que a caracterizam como uma forma específica de estar-juntos. Uma forma que carrega consigo distintas concepções de como se dão as relações internas entre as pessoas humanas, e as relações entre as pessoas humanas e não humanas (convencionalmente chamadas de *natureza*). Conforme o autor, “mais do que a geografia estamos diante de geo-grafias, enfim, do desafio geo-grafar nossas vidas, nosso planeta, conformando novos territórios, novas territorialidades”. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.247).

Essa leitura desloca o questionamento normalmente associado a esse campo do conhecimento, que é o de qual seria o objeto da Geografia, para questionar quem são os sujeitos das Geo-grafias. Passa-se do objeto à ação, e procura-se compreender, a partir da experiência concreta das diferentes sociedades, o que as identifica, caracteriza e diferencia umas das outras.

São essas Geo-grafias outras, não oficiais, invisibilizadas, violentadas, indesejadas pelos de cima, que buscamos conhecer ao descolonizar a Geografia. E se a nossa busca é pelos sujeitos e sujeitas dessas outras formas de grafar a experiência humana sobre a terra, é preciso que explicitamos a quem nos referimos. E é nesse ponto que entra a Educação para as Relações Étnico-Raciais.

¹⁵ O dicionário Michaelis traz como significado de Geografia: “Ciência cujo objetivo é descrever a forma, os acidentes físicos, os fenômenos biológicos, o clima, as produções, a população e as divisões políticas que ocorrem na Terra”.

É Aníbal Quijano que explica, no seminal artigo “Que tal raza!” (QUIJANO, 1999), como o conceito de raça se tornou o mais eficaz instrumento de dominação social dos últimos 500 anos. Um poderoso constructo de classificação social que toma o critério fenotípico da cor da pele, essencializado num suposto conceito científico de raça, como critério de classificação social que passou a hierarquizar as populações nas colônias e que, posteriormente, foi transformado em critério de leitura e classificação da população global. Uma classificação que hierarquiza sociedades inteiras a partir de um traço comparativo com os europeus. Uma classificação que se “eterniza” sobre os povos subalternizados, uma vez que se estabelece a partir de um componente do qual não é possível se desfazer ou disfarçar: a cor da pele.

A hierarquização étnico-racial foi a base sobre a qual foram construídas as sociedades coloniais, base essa que permaneceu intocada após as independências e que segue estruturando vidas e determinando privilégios e privações, possibilidades e impossibilidades para aqueles e aquelas distribuídos desde o nascimento nessa atroz hierarquia.

Seria desnecessário partirmos aqui para a enumeração de exemplos que comprovam essas afirmativas. Em primeiro lugar, porque o próprio fato gerador da experiência trazida aqui ao leitor ou à leitora já dá isso como pressuposto. Em segundo lugar, porque, infelizmente, seria difícil escolher por onde começar e por onde terminar, já que exemplos não nos faltam.

Chegamos, por fim, ao componente “Educação” desse jogo de palavras. Uma vez compreendidos o significado da Colonialidade/De(s)colonialidade, o papel da hierarquização Étnico-Racial nessa estrutura, e a geo-grafia como sendo a experiência de homens e mulheres em seu estar-juntos, o que pode a educação fazer para dismantelar essa intrincada e longa engrenagem? Afirmamos, sem receios: pode muito. E é crucial.

A Educação tem a capacidade de instigar, provocar, desestabilizar, estimular o pensamento crítico. É fundamental que as novas gerações sejam despertadas a essa sensibilização e estimuladas a buscar em suas próprias trajetórias os elementos para a compreensão das heranças presentes do colonialismo.

3 Geografias descoloniais - 2025/1

A experiência sobre a qual versa este artigo aconteceu no primeiro semestre letivo do ano 2025 no curso de Licenciatura em Geografia da UFRGS. A disciplina tem caráter obrigatório para os e as discentes desse curso, figurando no oitavo período da grade curricular.

São 90 horas/aula semestrais, das quais 30h são destinadas às saídas de campo. Em 2025/1 a turma única teve 21 discentes matriculados/as, sendo que destes, 05 eram discentes do curso de Bacharelado em Geografia, cursando a disciplina em caráter eletivo.

O programa apresentado na disciplina foi dividido em dois blocos. No primeiro, foram apresentados os fundamentos teóricos e conceituais do Pensamento Decolonial, com destaque ao conceito de colonialidade e algumas de suas dimensões: colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), colonialidade do saber (REIS, 2022), colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2022) e colonialidade da natureza (MELGAREJO *et al*, 2021). Também fez parte dessa primeira etapa a discussão da relação entre Geografia e Pensamento Decolonial (CRUZ e OLIVEIRA, 2017), com especial destaque ao conceito de território em suas diferentes escalas, do corpo ao global.

O segundo bloco aproxima essa base teórica das relações presentes na sociedade, colocando em foco as experiências dos povos originários e quilombolas em suas lutas por autonomia e território, e os obstáculos enfrentados por esses grupos nessa caminhada.

No semestre em questão a disciplina teve a participação de dois professores convidados: o professor Rafael Zílio, da Universidade Federal do Oeste do Pará, ministrou aula intitulada “Autodemarkação de Territórios Indígenas na Amazônia Brasileira”, enquanto o professor Eduardo Miranda, da Universidade Estadual de Feira de Santana, ministrou aula com o título “Corpo-território e Educação Decolonial”.

Para esse semestre, a proposta de saída de campo consistiu em visitar as retomadas protagonizadas pelos povos Kaingang e Xokleng nos municípios de Canela (RS) e São Francisco de Paula (RS), respectivamente. A escolha pelas retomadas como destino da saída de campo semestral se deu pelo entendimento de que estas traduzem a luta desses povos pelo reconhecimento de seus territórios ancestrais, materializando geo-grafias outras: outras formas de ser e estar no espaço que convidam a refletir sobre nossos limites enquanto sociedade e sobre a importância de descolonizar nosso olhar para os povos que se constroem a partir de outras cosmovisões.

Como produção vinculada à avaliação na disciplina, os e as discentes foram solicitados/as a produzir relatórios livres, a partir da escolha de linguagens e formas de comunicação que estivessem acordes às percepções despertadas ao longo do trabalho de campo. Essa é uma forma que destoa dos relatórios técnicos adotados tradicionalmente em saídas de campo, nos quais solicita-se um relato descritivo das paradas realizadas e de suas

características. Entre as possibilidades sugeridas aos e às discentes constavam ensaios literários, crônicas, poemas, artes gráficas, histórias em quadrinhos, vídeos, podcasts, ensaios fotográficos, entre outros. Essas possibilidades encaixam-se naquilo que é indicado por Cruz, quando afirma que:

Descolonizar impõe o desafio da invenção, da criação de novas metodologias de investigação, bem como o desafio de trabalhar com novas formas de linguagens (...) O giro descolonial com implicações ontológicas necessita não só de uma nova epistemologia, de uma política e uma nova ética, necessita também de novas referências estéticas/poéticas. É preciso vermos o potencial descolonizador que nos chega através da dimensão do sensível, da arte, e não simplesmente pela via da racionalidade. Os potenciais imagético, metafórico, narrativo e sonoro são essenciais para construirmos o exercício cotidiano de descolonização do poder, do saber, do ser e da natureza (CRUZ, 2017, p.32).

4 Uma saída de campo sentipensante¹⁶

A saída de campo do semestre 2025/1 aconteceu entre os dias 14 e 15 de junho desse ano, contando com dois destinos: a retomada Kaingang localizada na Floresta Nacional (FLONA) de Canela (RS) e a retomada Xokleng, localizada na FLONA de São Francisco de Paula (RS) (FLONA-SFP):

A retomada no território ancestral Xokleng Konglui tem início em 12 de dezembro de 2020, dentro dos limites da Floresta Nacional de São Francisco de Paula (FLONA) no norte do Rio Grande do Sul, quando 6 pessoas começaram um acampamento na área de florestamento de pinus existente na entrada do parque. No dia 24 de dezembro de 2020, véspera de Natal, acontece o processo de reintegração de posse e, as barracas, as lonas e o fogo de chão foram transferidos para a beira da estrada RS-484, onde hoje se encontram as casas de madeira que abrigam as famílias Xokleng Konglui (SILVA, 2022, p.10)

O processo de retomada começa, na verdade, anos antes deste momento narrado acima. Em 2015, Vei-tchá, pai de Cullung, na época vivia em São Leopoldo/RS, levou seus filhos e netos para conhecer a terra onde seu umbigo se encontra enterrado, onde viveram seus antepassados, como a Kozikã, também conhecida por Vó Rita, e onde hoje estão seus espíritos. Antes ainda, em 2009, junto à comunidade Zagaua é enviado um requerimento de reconhecimento da área da FLONA de São Francisco de Paula e de uma região de Riozinho como território tradicional para o Ministério Público Federal (MPF) de Caxias do Sul e Porto Alegre solicitando a criação de um Grupo de Trabalho (GT) junto à FUNAI para início deste processo (SILVA, 2022, p. 11)

¹⁶ Neste ensaio estaremos abordando especificamente a visita à retomada Xokleng-Konglui, localizada na área da Floresta Nacional (FLONA) de São Francisco de Paula (RS).

De acordo com a Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC), as FLONAS são consideradas Unidades de Conservação de Uso Sustentável de administração federal, sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). O artigo 17 da referida lei traz o seguinte texto:

Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000)

Os parágrafos do referido artigo caracterizam as FLONAS como áreas de posse e domínio públicos, nas quais é admitida a permanência de populações tradicionais **desde que já habitassem a área quando de sua criação**. A lei também autoriza a visitação pública e a pesquisa nas unidades, desde que sob prévia autorização e de acordo com as normas previstas em regulamento específico.

Essa legislação, no que tange à presença de povos tradicionais nas áreas delimitadas para esses fins, se aproxima daquilo que é defendido pelo chamado “marco temporal” no momento em que só admite a presença dessas comunidades se já ocupassem aquele espaço no momento da delimitação. Nesse sentido, ela contrasta com o defendido no artigo 231 da Constituição brasileira, que afirma o direito dos povos indígenas aos seus territórios ancestrais, sem referência à datas específicas e abrindo a possibilidade de reivindicação de áreas das quais tenham sido expulsos ao longo do processo histórico da colonização e da república.

Outra questão que deve ser colocada em pauta é a resistência ativa de entidades ambientalistas contra a presença das comunidades indígenas nas áreas reivindicadas¹⁷. Alegando que essa presença fragiliza a proteção ambiental das áreas delimitadas como UCs, pressionando os biomas e agravando sua degradação, essas entidades se colocam contrárias às retomadas realizadas nas FLONAS e seu reconhecimento como território indígena pela FUNAI, alegando que isso configura sobreposição de interesses.

Esse posicionamento configura uma leitura de ambientalismo que reitera um dos pilares da modernidade que é o da separação entre natureza e sociedade, entendendo que a presença humana é uma ameaça, numa clara interpretação de que se trata de uma relação “sociedade

¹⁷ Ver: <https://www.jb.com.br/brasil/meio-ambiente/2025/03/1054925-instituicoes-ambientalistas-assinam-manifesto-em-defesa-do-sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao.html>

versus natureza”. Tal leitura configura, no nosso entendimento, um desconhecimento da concepção desses povos que se constituíram, não contra, mas **com** a natureza.

As retomadas, nesse sentido, configuram territorialidades divergentes da ordem imposta pelo Sistema-Mundo Moderno-Colonial, nos mostrando outras possibilidades do estar-juntos em sociedade, convergindo com aquilo que nos traz Porto-Gonçalves quando afirma:

São novos territórios epistêmicos que estão tendo que ser reinventados juntamente com os novos territórios de existência material, enfim, são novas formas de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim de geo-grafar (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.226).

Promover uma saída de campo para uma retomada que enfrenta essa situação peculiar é permitir aos e às discentes a experiência direta do convívio e do diálogo com as e os protagonistas historicamente silenciados nesse conflito que atravessa a história e a geografia do Brasil. Significa dar a oportunidade de conviver com um território que se constitui a partir de outras bases epistemológicas, de outras cosmovisões e de outras concepções de como se dá a relação entre pessoas humanas e pessoas não humanas. Ou, se preferirem, entre sociedade e natureza.

Assim, essa saída de campo se coloca como uma saída **sentipensante** pois não se limita aos pressupostos teóricos do pensamento decolonial, mas traz a dimensão que “*combina la razón y el amor, el cuerpo y el corazón, para deshacer-se de todas las (mal) formaciones que descuartizan esa armonía*”¹⁸ (MONCAYO, 2009, p.10).

5 Sentipensares

Esta seção é composta pela seleção de trechos dos depoimentos registrados nos relatórios entregues pelos e pelas discentes como um dos componentes de avaliação da disciplina¹⁹. O critério de seleção adotado aqui foi o de que trouxessem elementos que corroborassem as expectativas que tínhamos quanto ao trabalho proposto, em especial, a sensibilização quanto aos temas trabalhados na disciplina e, principalmente, quanto à questão indígena. A seleção também se deu de forma a permitir ao leitor e à leitora um acompanhamento

¹⁸ Em tradução livre, “combina a razão e o amor, o corpo e o coração, para se desfazer de todas as (mau) formações que esquartejam essa harmonia”.

¹⁹ A participação de alunos e alunas neste artigo é realizada com sua concordância, assim como a autorização para a publicação dos trechos selecionados.

da saída de campo, trazendo as percepções despertadas no grupo ao longo de todo o trajeto percorrido. Esses alunos e alunas são co-autores/as deste trabalho. Não apenas por terem trechos de sua autoria registrados aqui, mas por serem protagonistas da experiência que se buscou relatar ao longo do texto.

Com a palavra, os/as co-autores/as:

Antes de relatar sobre o processo de retomada importante apresentar e dialogar sobre a liderança cacica Cullugn Vei-Tcha Teié. Na mesma noite de chegada a Flona de São Francisco de Paula tivemos momento de encontro e escuta da Cullugn, o que foi surpreendente, pois não conhecia a liderança e a sua importância na resistência indígena. Uma mulher que determinada a lutar pelo seu povo, em sua fala e na memória passada de seus ancestrais que foram oprimidos e mortos, assim relata as violência e mortes contra os Xokleng. Ciente que este território pertence ao seu povo, Cullugn é ativa em todas as instâncias para garantir o direito aos Xokleng. Uma protagonista na retomada, no intermédio entre Funai e ICM-BIO, ela está presente na defesa do território, sobretudo pressionando para os processos longos e demorados irem para frente, pois existem esforços principalmente da bancada ruralista para retardar o máximo possível a oficialização da remarcação de terras indígenas. (SOUZA, Maria Lopez Queiroz de).

Desde que iniciamos a vida escolar, ainda no ensino fundamental, somos apresentados aos povos originários. Em especial, quem cresceu nos anos 2000, viveu este momento com uma série de percepções deturpadas e estereotipadas dos indígenas, como um povo que vive no mato, mora em ocas, sobrevive porque caçam seu alimento, são exímios atiradores de arco e flecha e, além disso, devemos chamá-los de Índios. Essa foi a percepção, não apenas transmitida nas escolas, mas também numa ótica totalmente endossada pelas mídias tradicionais do país. E assim cresceu a minha geração, que na verdade já mostrava um avanço em relação a geração anteriores. Entretanto, esse avanço foi pouco, raso e preconceituoso, ao ponto de que estabeleceu na sociedade percepções equivocadas do que é ser indígena, de como de fato é a sua forma de viver e quais são as suas demandas. (BISCARRA, Gian Paulo Corrêa)

Porém, aos 27 anos, na saída de campo da disciplina de Geografias Descolonias, parece que foi o momento, a vivência que pode finalmente me fazer experienciar e compreender de fato o que é a causa indígena, o que é, acima de tudo, a luta indígena, o que são as suas demandas diárias por sua sobrevivência e perpetuação da sua cultura. (BISCARRA, Gian Paulo Corrêa)

Saímos de Porto Alegre em um sábado comum, frio e com raios de sol bastante tímidos. Estudantes do curso de Geografia fazendo a transição de relevo dentro de uma van da universidade, compartilhando histórias, músicas e chimarrão. Uma saída de campo comum até então, mas não tínhamos ideia que partíamos em direção a uma experiência que nos colocaria nas veias da luta indígena no Brasil e que ficaríamos diante de histórias ligadas à ancestralidade com uma cosmovisão oposta ao viés colonial e capitalista que nos emaranha os sentidos. Dentre todos os percursos trilhados na jornada da Geografia, até então não houve nenhum que proporcionasse tamanha desestabilização. (GOMES, Gustavo Pedroso).

Situada na região da mata Atlântica, com destaque para florestas de araucárias, contraste com a paisagem na estrada de percurso para entrada da Flona com plantação de pinos, além do entorno com plantação de soja ameaçando a biodiversidade local. Outro aspecto natural relacionado a hidrografia são as nascentes que abastecem as

bacias hidrográficas locais, como a do rio Paranhana, em uma das trilhas pela Flona que levava ao mirante foi possível visualizar a cachoeira, existe uma outra trilha que leva a cachoeira em si. (SOUZA, Maria Lopez Queiroz de).

Os Xokleng eram totalmente desconhecidos para mim, acredito que para maior parte da sociedade, posto isto, o interesse de estar em ambiente novo com um povo totalmente desconhecido para mim, a curiosidade de entender aquele novo espaço e quem estava ocupando, bem como o que aprenderia com aquelas pessoas, posso dizer que aprendi muito sobre resiliência. Mesmo antes da fala da cacica Cullugn, com um breve exame de observação foi possível constatar como uma área sofre risco, porque no entorno, enquanto o ônibus se aproximava da entrada eram avistados pinos e áreas extensivas de monocultura da soja, não é difícil de imaginar que os proprietários de monoculturas querem se apropriar do território da Flona. (SOUZA, Maria Lopez Queiroz de).

Após, ainda de noite, nos deslocamos até uma das casas da Retomada Xokleng, onde nos sentamos em círculo no assoalho de uma sala para ouvir a Cacica Cullugn, uma importante liderança indígena do Rio Grande do Sul e do Brasil também, pois liderou a retomada do povo Xokleng para ocupar o território roubado de seus ancestrais. Essa mulher inestimavelmente forte, nos detalhou toda a sua trajetória em busca de seu povo para reerguer o povo Xokleng que era considerado inexistente. O relato foi forte e comovente, desde quando ela contou sobre como a maioria dos homens morreu lutando e as mulheres que reproduzem a vida foram dispersas entre os não-indígenas, por isso demorou tanto para esse povo retornar às suas origens. A Cacica contou que a luta ainda não terminou, pois vivem sendo afrontados e desrespeitados pelas entidades poderosas, mas ela tem garra e firmeza na luta pelos direitos de seu povo. (PITOL, Julia)

Com certeza o momento mais marcante, e que guardarei para o resto da vida, foi quando conversamos com a Cacica “Dona” Cullugn. Foi a primeira vez que pude perceber de maneira personificada toda a história de lutas indígenas que estudei ao longo do tempo. Para além disso, pude compreender a partir desse momento, como as coisas acontecem de fato para eles, como cada pequeno progresso é difícil, como existir a maneira deles é um ato de resistência diário. É impossível ter essa vivência, e não se sentir tocado, não se sentir parte daquele processo, ou até mesmo um produto daquele processo, no sentido de que hoje falo eu português, e estava diante de uma pessoa cujo povo foi quase extinto, mas que habita aqui desde antes da chegada dos portugueses. É uma experiência que faz você pensar como o Brasil funciona desde sempre, nós ali, fruto do colonialismo, dialogando com quem estava ali desde sempre, e pedindo a nós algum tipo de ajuda, no âmbito de aparato burocrático e de apoio enquanto universidade. (BISCARRA, Gian Paulo Corrêa)

Poder ouvir a história de um povo, deixando que ele mesmo a conte, é das coisas mais lindas que se pode fazer, e foi o que fizemos. Pudemos ouvir a Cacica Cullugn contar a sua história, a história do seu povo, dos seus ancestrais e a sua relação com o seu território sagrado. Ouvir as vivências da Cacica e ouvir sobre suas lutas, seus debates com o mais alto calão da federação, tudo com o intuito de receber de volta o que lhes foi tirado, com o intuito de retomar o que é seu por direito, elevando a voz dos seus ancestrais e parentes ao congresso nacional. Que experiência rica e prazerosa! Sentar no chão das pequenas casas de madeira, ao redor do fogão à lenha e ouvi-lá. (SILVA, Joanna Pereira da)

A escuta atenta, abraçada pela natureza que se erguia ao redor, nos colocou no ritmo do trabalho de campo que estávamos adentrando. A intencionalidade do conhecimento dessas histórias e pisar nesses territórios trouxeram reflexões que talvez nem todos os escritos acadêmicos que tratam dessa temática poderiam proporcionar. Os sentidos

são as melhores ferramentas para romper paradigmas. (...) Essa roda de conversa, me trouxe conhecimentos que eu jamais imaginaria acessar. Pensar a lógica colonialista e capitalista que opera em nossa sociedade e como ela nos mastiga e nos afasta de nossas próprias raízes, ficou extremamente palpável através dos relatos de Cullugn. (GOMES, Gustavo Pedroso)

6 “Konglui não é um acampamento. É o renascimento do que sempre fomos: gente da floresta, livres” - considerações finais

Apresentada a saída de campo, narrada e descrita pelos e pelas discentes que cursaram a disciplina Geografias Descoloniais no semestre 2025/1, chegamos ao final deste texto acreditando termos conseguido demonstrar todo o potencial contido na experiência realizada. Afirmamos isso não apenas pelos pressupostos teóricos e conceituais que cercam a relação entre Geografia, Pensamento Decolonial e a Educação para as Relações Étnico-Raciais mas, principalmente, pela metodologia sentipensante que permeou os encontros realizados e, principalmente, a saída de campo para a retomada Xokleng Konglui, em São Francisco de Paula (RS).

As palavras citadas no subtítulo desta seção foram ditas pela cacica Kullugn em uma das rodas de conversa realizadas durante nossa estadia junto à comunidade xokleng. Elas sintetizam a importância das estratégias territoriais adotadas por esses povos: não se trata “apenas” de garantir um espaço de permanência e moradia. Trata-se, acima de tudo, de garantir a possibilidade de que esses povos - os xokleng e todos os demais que reivindicam seus territórios ancestrais ao longo e ao largo do país - tenham a possibilidade de continuar existindo da forma que os caracteriza como outras matrizes de sociedade.

Essa possibilidade é necessária não apenas para seus protagonistas. Ela é fundamental para a sociedade envolvente que perdeu a capacidade de se reproduzir, social e culturalmente, sem uma relação predatória com as pessoas não humanas, que convencionamos chamar de natureza.

Assim como na seção anterior, as palavras dos e das discentes participantes irão concluir este texto a partir daquilo que lhes foi despertado ao longo desse percurso realizado coletivamente. Nelas percebe-se não apenas a sensibilização, mas o compromisso firmado com esses povos.

A ação de retomada, longe de ser um episódio isolado, ecoa um ciclo histórico de 500 anos de resistência. (...) Ver o território sendo lentamente reconstruído pelos próprios

indígenas é também testemunhar a resistência cotidiana que se faz nas pequenas ações: na roça, na língua, no cuidado com as crianças, na espiritualidade. (PEREIRA, Vicente Ramos)

Compreender uma retomada é reconhecer a história indígena e seus direitos. É reparar historicamente uma civilização usurpada, com diversas tentativas de extinção. (RABAIOLLI, Arthur)

As retomadas indígenas mostram outro panorama da serra gaúcha, terras reocupadas pela luta e resistência de povos que há muito são oprimidos. [...] As retomadas territoriais protagonizadas pelos povos Kaingang e Xokleng representam movimentos de lutas indígenas no Brasil. [...] Pensar as relações entre sociedade e natureza, questionando modelos econômicos predatórios e propondo novas epistemologias do espaço. Como geógrafa e educadora em formação, o desafio é amplificar estas vozes invisibilizadas, transformando a academia em espaço de diálogo e construção de alternativas pautadas na justiça espacial e no respeito à diversidade sociocultural (SOUZA, Maria Lopes Queiroz de)

Escutar aquilo que os livros não contam: o apagamento, o racismo ambiental, a judicialização da vida indígena, mas também a força das mulheres indígenas, o papel da espiritualidade e a potência da retomada territorial como forma de reconexão com a terra e com o saber ancestral. (RABAIOLLI, Arthur)

Estamos concretados por dentro, com a lógica da cidade, e visitar esse espaço aproxima e tira um véu dos nossos olhos. O Brasil não é um país que afirma os povos originários, os trata sempre empurrando para a periferia dos centros de discussão, nega suas epistemologias, impede que ocupem seus territórios, trata esses corpos, talvez, com a mesma intenção dos séculos que permeiam a chegada dos europeus ao Brasil (GOMES, Gustavo Pedroso)

A vivência junto às retomadas Kaingang e Xokleng [...] ressignifica profundamente o conceito de ensino e aprendizagem, luta e resistência. (PEREIRA, Vicente Ramos)

Essa experiência provocou em mim uma ruptura fundamental, a percepção de que o giro decolonial não é apenas uma teoria, mas uma prática cotidiana que exige reposicionar, rever nossos currículos escolares e nossas formas de ensinar e aprender Geografia. É necessário descolonizar o olhar e as palavras, mas também os afetos, os métodos e os territórios do conhecimento. Saí desse encontro com a responsabilidade de cultivar espaços educativos onde essas vozes não sejam apenas ouvidas, mas valorizadas como saberes legítimos e centrais. A decolonialidade, nesse sentido, não é um conteúdo a ser ensinado, mas uma postura a ser encarnada em cada prática, cada aula, cada campo, no dia a dia. (RABAIOLLI, Arthur)

O convite²⁰ da cacica Cunllugn é um chamado ético e epistemológico. [...] Desejo que cada sala de aula [...] possa, como as comunidades Kaingang e Xokleng, ser também um espaço de retomada, resistência e reexistência. (PEREIRA, Vicente Ramos)

Como professor em formação, sinto que firmei um compromisso durante essa saída de campo, de buscar o debate com os meus alunos sobre a realidade dos povos originários através da perspectiva apresentada por ambas as lideranças que nos receberam neste trabalho. Como cidadão, muito me emocionou ouvir as palavras da cacica sobre a sua luta pela existência, um verdadeiro grito de liberdade e de perseverança. Há, na sua vontade de continuar o legado cultural Xokleng, uma espécie

²⁰ O convite mencionado nos depoimentos foi realizado pela cacica Cullugn e se refere à proposta de atuação dos futuros docentes junto às professoras indígenas da comunidade. Este convite resultou em ação de extensão de Licenciatura Intercultural em Geografia, já em execução.

de calor sentimental que apenas uma mãe pode proporcionar, um acolhimento instantâneo e contagiante. (...) Espero poder contribuir, através de meu trabalho em sala de aula, com a disseminação e valorização de tais aspectos sociais que julgo serem de extrema importância para entender a existência e as lutas de um povo ancestral e de riquíssima bagagem cultural. (SILVA, Luis Eduardo Klatte da Rosa da)

Que se desprendam das amarras da reprodução conteudista e que saibamos dar o devido valor aos conhecimentos ancestrais e nativos de Pindorama. (...) Que a gente saiba escutá-los, pois afinal de contas, eles são os verdadeiros donos desta terra (SILVA, Joanna Pereira da).

A semente foi plantada em solo fértil. Que possamos, concordando com Walsh (2013), desaprender o que nos foi imposto pela colonização. Que possamos, juntos, reaprender com aqueles e aquelas que diariamente nos mostram outras possibilidades do estar-juntos. Que venham os frutos

REFERÊNCIAS

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007, pp. 9-23.

CNE/CP. Parecer 03/2004. *Diário Oficial da União*. Brasília, 10/03/2004. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em 26 set. 2025.

CNE/CP. Resolução 01/2004. *Diário Oficial da União*. Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 26 set. 2025.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo (Orgs.). *Geografia e giro decolonial*. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p.15-36

CRUZ, Valter do Carmo; de OLIVEIRA, Denílson Araújo (Orgs.). *Geografia e giro decolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

GALEANO, Eduardo. *O Livro dos Abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GASTAL, Lúcio de Souza. *Saberes indígenas no ensino de Geografia: o que nós professores temos a dizer sobre isso*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2025.

GASTAL, Lúcio de Souza. *CONHECIMENTO INDÍGENA - PRESENTE!:* Os saberes e fazeres dos povos originários nas práticas pedagógicas de Geografia. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Geografia, Porto Alegre, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre a colonialidade do ser:* contribuições para o desenvolvimento de um conceito. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MELGAREJO, Ximena Carolina Arteta; EUSSE, Pedro Luis Oliveros; PADILLA, Andrea Carolina Molina; PEÑALOZA, Liseth Vásquez. Colonialidad de la Naturaleza: aspectos decoloniales para el debate sobre el Desarrollo Sostenible. In: *ENCUENTROS* - Revista de Ciencias Humanas, Teoría Social y Pensamiento Crítico. Maracaibo, Venezuela: Universidad Nacional Experimental Rafael Mario Barath. Número 14, Junio-Diciembre, 2021. p. 288-300.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003. *Diário Oficial da União*. Brasília, 10 de janeiro de 2003, p.1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 26 set. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei 11.645 de 10 de Março de 2008. *Diário Oficial da União*. Brasília, 11 de Março de 2008, p.1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 26 set. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lei 9.985 de 18 de Julho de 2000. *Diário Oficial da União*. Brasília, 19 de Julho de 2000, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em 26 set. 2025.

MONCAYO, Víctor Manuel. Presentación. Fals Borda: hombre hicotea y sentipensante. In: FALS BORDA, Orlando. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2009. p. 9-19.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, José. *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p.126-134.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir. *La guerra infinita. Hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2002, p. 217-256.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 117-139.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. In: *Journal of World-Systems Research*. Binghamton: State University of New York, n. 2, summer/fall, 2000. p. 342-386

QUIJANO, Aníbal. ¡Que tal raza! (Tema central). En: *Ecuador Debate*. Etnicidades e identificaciones. Quito: CAAP, no. 48, diciembre 1999, pp. 141-152.

REIS, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. In: *Educação e Sociedade*. Revista de Ciências da Educação. Campinas: CEDES-Unicamp, v.43, 2022, p.1-12. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/V4NXjqDTzVTkVLRXQyDfdyQ/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2025.

SILVA, Bibiana Harrote Pereira da. “*Vimos trazer de volta a natureza, vimos trazer de volta a cultura*”: História oral na Retomada Xokleng Konglui em São Francisco de Paula-RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de História, 2022.

WALSH, Catherine. Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (Ed.). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. TOMO I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya Yala, 2013, p.23-68.

*Recebido em: 26 set. 2025.
Aprovado em: 27 out. 2025.*

*Revisor(a) de língua portuguesa: os autores
Revisor(a) de língua inglesa: os autores
Revisor(a) de língua espanhola: os autores*